



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica de imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul**, compreendendo a locação de equipamentos, a instalação no início do contrato, a prestação de serviços de monitoramento 24 horas por dia e a desinstalação ao final do contrato, dentre outros serviços acessórios, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica					
ITEM	CATSER	UNIDADE	QTDE	VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO (60 MESES)	INTERVALO MÍNIMO
1	14826	Serviço	1	R\$ 3.019.000,75	R\$ 100,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de setembro de 2021 e Portaria 131/2023 TRE-MS.

1.3. A presente contratação será efetuada através de licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

1.3.1. Os equipamentos e serviços componentes do sistema de vigilância eletrônica, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como bens e serviços comuns para fins do disposto na Lei 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, até o limite decenal, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo inicial de que trata a cláusula 1.4 visa a obtenção de condições de contratação mais vantajosas para a Administração, inclusive quanto ao preço, no que diz respeito a diluir custos com locação e instalação do sistema de alarme em seu período de vigência.

1.4.2. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando

não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I-A deste Termo de Referência, justificando-se pela necessidade primordial e indispensável de resguardar os bens públicos e os de particulares, colocados à disposição do TRE/MS, tanto imóveis, como móveis, naqueles contidos, além de outras categorias de bens, dentre os quais processos e documentos.

2.2. Cabe ressaltar que a garantia da integridade física e patrimonial desses bens é poder/dever da Administração e, portanto afigura-se, objetivamente, conveniente ao interesse público, por se tratar de serviço de grande relevância e que abrange as necessidades públicas permanentes.

2.3. A presente contratação compõe conjunto de medidas complementares adotadas pelo TRE/MS - a exemplo da vigilância armada -, na busca do objetivo mencionado nesta cláusula.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2024, conforme Processo SEI 0007211-04.2023.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica de imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul**, compreendendo a locação de equipamentos, a instalação no início do contrato, a prestação de serviços de monitoramento 24 horas por dia e a desinstalação ao final do contrato, dentre outros serviços acessórios.

3.2. A execução do objeto da contratação compreende:

- a) o fornecimento de todos equipamentos componentes do sistema de vigilância eletrônica de cada imóvel, mediante locação;
- b) a instalação da infraestrutura para suporte ao sistema, onde necessário, incluindo o fornecimento de materiais (fios, cabos, dutos, etc.) e as intervenções no imóvel para passagem de dutos, cabos, etc., e a recomposição das áreas do imóvel que sofrerem tais intervenções (fechamento de alvenaria, reposição de gesso, pintura de superfícies, etc.);
- c) a instalação, a conexão e a configuração dos equipamentos componentes do sistema (ativação);
- d) o treinamento dos usuários para operação do sistema;
- e) a prestação de garantia total do sistema, compreendendo a assistência técnica, a manutenção preventiva e corretiva;

- f) o remanejamento e a substituição de equipamentos;
- g) a desinstalação e a reinstalação de equipamentos, em caso de necessidade (exemplo: reforma ou mudança de imóvel);
- h) a desinstalação dos equipamentos, ao final do contrato;
- i) o monitoramento de cercas eletrificadas pertencentes ao patrimônio do Contratante, nas localidades em que se encontram instaladas; e,
- j) demais serviços previstos neste Termo de Referência e, mesmo que não previstos, necessários à perfeita execução do objeto da contratação.

Dos Equipamentos

3.3. Os sistemas de vigilância eletrônica de cada imóvel serão compostos, conforme o caso, pelos seguintes equipamentos:

a) CENTRAL DE SEGURANÇA com caixa de proteção e transformador, com no mínimo as seguintes especificações: Processadores RISC ou similar; comportar, no mínimo 2 teclados; capacidade para 8, 12, 16 ou 24 Zonas (sensores), conforme cada caso; memória para 200 eventos e 40 códigos; deve possibilitar a comunicação de dados com a central de monitoramento via tecnologias GSM/GPRS ou tecnologias de comunicação móvel mais recentes (1ª via de comunicação) e conexão por meio da rede mundial de computadores (Internet - 2ª via de comunicação / contingência) - (a empresa contratada ficará responsável pelo fornecimento da linha móvel / chip necessário ao funcionamento da via de comunicação principal (GSM/GPRS e outros), devendo incluir em seus preços, os custos associados; o acesso à Internet que servirá como 2ª via de comunicação (contingência) será tornada disponível pelo TRE/MS, e será limitado pela regras de negócio e de segurança da informação, conforme parecer da unidade competente da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, se necessário; deve possibilitar a configuração remota por qualquer das vias de comunicação, ao menos dos seguintes eventos: arme, desarme e cadastro de novos usuários; deve possibilitar a adoção, automaticamente, da via de comunicação de contingência (acesso à Internet), em caso de falha da via principal (GPRS/móvel), com envio de mensagem informando essa falha à central de monitoramento; deve possuir sistema de detecção de violação do tipo "tamper"; deve enviar à central de monitoramento, periodicamente, dados sobre o funcionamento, mesmo quando inexistir ocorrência;

a.1) Entenda-se por capacidade das centrais (24, 16, 12 ou 8 zonas), o número de sensores que nelas possam ser instalados, todos com funcionamento independente entre si.

b) TECLADO compacto, com no mínimo, as seguintes especificações: Microprocessador RISC ou similar, 3 (três) zonas de pânico;

c) BATERIA SELADA 7A, 12V, livre de manutenção;

d) SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO EXTERNO, alta sensibilidade, baixo ruído, análise automática de sinal, compensação automática de temperatura, velocidade de detecção em torno de 0,2 - 7m/seg., imune a interferências de RF, distância de detecção igual ou superior a 10 metros e Dual - dupla detecção (temperatura e movimento);

e) SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO INTERNO, alta sensibilidade, baixo ruído, análise automática de sinal, compensação automática de temperatura, velocidade de detecção em torno de 0,2 - 7m/seg., imune a interferências de RF,

distância de detecção igual ou superior a 10 metros;

f) SENSOR INFRAVERMELHO ATIVO, feixe duplo, detecta intrusão, distância de detecção igual ou superior a 50 metros;

g) SIRENE DE ALTA POTÊNCIA, tipo corneta, mínimo de 100 Db;

h) SENSOR MAGNÉTICO GIGANTE, aplicável em portões metálicos externos, GAP de abertura de até 50 mm (+/- 15%), GAP de fechamento 35 mm (+/- 10%), comunicação com central de alarme via fiação, indicação de disparo mediante contato aberto, resistente a impactos;

3.3.1. Para os 3 (três) tipos de sensores relacionados deverá haver uma padronização - adoção de uma mesma marca e mesmo modelo para cada tipo - de forma a evitar a existência de vários modelos de sensores para um mesmo tipo de serviço - por exemplo, a vigilância interna.

3.4. Os equipamentos descritos na cláusula 3.3 correspondem ao conjunto mínimo tido como necessário ao funcionamento do sistema, tendo sido individualizados para fins de precificação dos serviços.

3.5. Considera-se a empresa proponente como especializada no objeto da contratação, devendo prever em sua proposta as eventuais complementações de materiais, equipamentos e serviços que identifique necessárias para a perfeita execução do objeto, em conformidade com a solução ofertada e com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.6. Em caso de dúvidas e/ou necessidade de informações complementares, a empresa interessada poderá visitar e vistoriar os imóveis a serem atendidos, conforme condições das cláusulas 4.7 e seguintes.

3.7. A licitante deverá descrever em sua proposta as especificações detalhadas, bem como a marca e o modelo dos equipamentos que pretende instalar, os quais deverão atender às especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência.

3.8. Em havendo dúvida sobre o atendimento às especificações exigidas, deverá a licitante apresentar documento produzido pelo fabricante do equipamento (catálogo, manual, encarte, folder, etc.), que ateste as características dos equipamentos por ela ofertados.

3.9. O sistema de vigilância eletrônica instalado deverá ser capaz de:

a) assegurar o funcionamento em caso de falta de energia elétrica mediante utilização de bateria, nobreak ou similar;

b) assegurar o arme/desarme do sistema através da central de monitoramento mantida pela contratada;

c) possuir código de proteção (senha) para armar/desarmar em caso de coação (código de pânico);

d) constituir-se de comando com teclado digital de senha para arme/desarme do sistema de segurança, instalado no próprio prédio;

e) permitir a checagem da rede de equipamentos automaticamente pela central de monitoramento da contratada, de forma a detectar centrais desarmadas, sensores sem comunicação, entre outros problemas que possam ocorrer;

f) ser capaz de identificar a área/sala em que ocorreu o disparo de forma independente;

g) possuir capacidade para cadastro de, pelo menos, 40 (quarenta) usuários por central.

3.10. Os equipamentos instalados nos imóveis deverão ser NOVOS e atender aos

padrões técnicos das normas vigentes, constituindo-se de mecanismos de alarme capazes de permitir, com segurança e de imediato, comunicação via tecnologia de telefonia móvel (GSM/GPRS ou superior) ou, de modo contingencial, com uso de conexão à internet dos imóveis da Justiça Eleitoral (2ª via de comunicação), com a central de monitoramento da contratada.

3.11. Em sendo vencedora a empresa que atualmente presta os serviços de vigilância eletrônica para a Justiça Eleitoral, deverá ela, primeiramente, retirar todos os equipamentos já instalados nos prédios, ***inclusive fiação***, para só então proceder à instalação dos novos sistemas.

3.12. Nos imóveis em que houver cerca eletrificada instalada, ou nos quais forem instaladas após a presente contratação, desde que compatível com os equipamentos da contratada, esta deverá conectar mencionado ofendículo ao sistema de alarme para integrar o monitoramento remoto, situação que configurará ponto de monitoramento regular, que deverá ser objeto de precificação pelas interessadas.

Da Locação

3.13. Os equipamentos componentes dos sistemas de vigilância eletrônica (cláusula 3.3) serão fornecidos pela empresa contratada em **regime de locação**.

3.14. Pela locação dos equipamentos a empresa fará jus a valor mensal por unidade de equipamento fornecido.

3.15. No valor de locação deverão estar inclusos todos os custos relativos aos serviços correlatos, tais como: a aquisição do equipamento, a prestação de garantia (assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, etc.), dentre outros, inclusive aqueles correspondentes a equipamentos necessários ao sistema, mas não individualizados para fins de precificação.

3.16. O período de locação, para fins de remuneração da empresa contratada, terá início na data do recebimento definitivo da instalação e ativação do sistema e se encerrará na data de desinstalação do sistema, ao final do contrato.

Da Instalação, Ativação e Testes dos Sistemas

3.17. A instalação dos sistemas de vigilância eletrônica compreende os serviços e materiais abaixo relacionados, dentre outros que sejam necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas, cujos custos deverão ser levantados e computados na proposta da licitante:

a) preparação da infraestrutura: adaptação, se necessário, das instalações existentes nos prédios às necessidades do sistema, compreendendo o fornecimento de materiais (fiação, dutos, caixas de passagem, espelhos, etc.) e as intervenções no imóvel (abertura de rasgos nas paredes e pisos, furação de paredes, pisos e lajes, etc.) para passagem de dutos e cabos, criação de pontos para instalação de sensores, teclados, sirenes, baterias e centrais, etc.; dentre outras intervenções que se mostrem necessárias à instalação do sistema;

b) a recomposição das áreas do imóvel que sofrerem tais intervenções (fechamento de alvenaria, reposição de gesso, pintura de superfícies, etc.), bem como correção de possíveis danos ocasionados às instalações prediais em decorrência do processo de instalação do sistema;

c) passagem da fiação;

- d) instalação de centrais, teclados, baterias, sensores, sirenes, receptores e transmissores, dentre outros componentes dos sistemas;
- e) interligação dos componentes do sistema entre si, e deste com a central de monitoramento da empresa (ativação);
- f) realização de testes de funcionamento; e,
- g) o treinamento dos usuários para operação do sistema;

3.17.1. As adaptações das instalações prediais eventualmente realizadas pela contratada deverão primar sempre pela estética interna e externa do prédio, mantendo-se sempre o padrão existente.

3.17.2. Sempre que possível a fiação deverá ser embutida e não aparente.

3.18. A empresa contratada poderá aproveitar a infraestrutura (dutos, caixas de passagem, etc.) já existente nos prédios que contam com sistema de vigilância eletrônica, devendo, como já mencionado, instalar fiação nova.

3.19. Para fins de levantamento das informações complementares necessárias à elaboração da proposta, a empresa interessada poderá visitar e vistoriar os imóveis a serem atendidos, conforme condições das cláusulas 4.7 e seguintes.

3.20. Os sistemas de vigilância eletrônica deverão ser instalados nos imóveis indicados na cláusula 3.69 deste Termo de Referência.

3.21. A instalação dos sistemas deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário comercial (8h às 18h).

3.21.1. A realização de serviços em horário diverso do indicado na cláusula 3.21 somente poderá ocorrer mediante autorização do TRE/MS, por intermédio da Fiscalização.

3.21.2. A empresa contratada deverá apresentar ao TRE/MS cronograma de instalação dos sistemas, indicando os locais, datas e horários previstos, bem como os nomes completos dos técnicos que realizarão a instalação em cada imóvel.

3.23. A ativação do sistema consiste na interligação dos seus componentes entre si, inclusive conexões com a rede elétrica e com a rede de internet dos locais de instalação (2ª via de comunicação), e do sistema com a central de monitoramento da empresa.

3.24. A etapa de testes consiste no acionamento do sistema (disparo dos alarmes, utilização da senha de coação, do controle remoto do transmissor, etc.), de modo a certificar o seu perfeito funcionamento.

3.24.1. Ao final a contratada deverá emitir relatório da etapa de testes, indicando as ocorrências verificadas e o tempo decorrido para seu registro na central de monitoramento.

3.25. Concluídos os trabalhos de instalação, ativação e testes dos sistemas, deverão ser prestadas aos servidores de cada imóvel compreendido na contratação todas as orientações acerca de seu funcionamento e operação (treinamento).

3.25.1. Em complemento ao repasse de orientações previsto na cláusula 3.25, a contratada deverá fornecer manual de operação do sistema pelo usuário, redigido em linguagem simples e de fácil compreensão, e deverá mencionar os telefones e demais canais (e-mail, redes sociais etc.) para esclarecimento de eventuais dúvidas e abertura de chamados para manutenção e outras demandas.

3.25.1.1. O manual poderá ser entregue em versão impressa – neste caso,

ao menos, uma cópia por imóvel atendido – ou, em versão digital (arquivo em formato .PDF).

3.25.1.2. O manual deverá ser entregue ao fiscal supervisor ou local da contratação.

3.26. Estando os sistemas em perfeito funcionamento deverá a contratada emitir Relatório Final de Instalação para cada imóvel, contendo, basicamente:

- a) nome (identificação) e endereço do imóvel;
- b) descrição básica dos equipamentos instalados e respectivas quantidades;
- c) assinatura do técnico responsável pela instalação e do responsável pela contratada; e,
- d) assinatura do fiscal do TRE/MS responsável pelo recebimento dos serviços.

3.27. O prazo para execução dos serviços previstos neste Capítulo é de, no máximo:

- a) **30 (trinta) dias**, contados a partir da autorização do TRE/MS para início da execução, para os imóveis do grupo 1 do quadro da cláusula 3.28 abaixo;
- b) **75 (setenta e cinco) dias**, contados a partir da autorização do TRE/MS para início da execução, para os imóveis do grupo 2 do quadro da cláusula 3.28 abaixo.

3.28. Considerando as datas de término dos contratos de serviços de vigilância eletrônica vigentes, os imóveis a serem atendidos com a presente contratação foram divididos em dois grupos, conforme indicado no quadro abaixo, de modo a determinar o prazo de instalação dos sistemas nos imóveis (alíneas 'a' e 'b' da cláusula 3.27 acima).

Grupo	Local de prestação dos serviços
1	Campo Grande (prédio sede, Fórum Eleitoral de Campo Grande, Depósito de Urnas e Almoxarifado, sede antiga do Arquivo Central)

2	1ª Zona Eleitoral - Amambai 2ª Zona Eleitoral - Naviraí 3ª Zona Eleitoral - Cassilândia 4ª Zona Eleitoral - Fátima do Sul 5ª Zona Eleitoral - Nova Andradina 6ª Zona Eleitoral - Bataguassu 7ª e 50ª Zonas Eleitorais - Corumbá 9ª e 51ª Zonas Eleitorais - Três Lagoas 10ª Zona Eleitoral - Aquidauana 11ª Zona Eleitoral - Rio Brilhante 12ª Zona Eleitoral - Coxim 13ª Zona Eleitoral - Paranaíba 14ª Zona Eleitoral - Camapuã 15ª Zona Eleitoral - Miranda 16ª Zona Eleitoral - Maracaju 17ª Zona Eleitoral - Bela Vista 18ª e 43ª Zonas Eleitorais - Dourados 19ª e 52ª Zonas Eleitorais - Ponta Porã 20ª Zona Eleitoral - Porto Murtinho 21ª Zona Eleitoral - Rio Verde de Mato Grosso 22ª Zona Eleitoral - Jardim 23ª Zona Eleitoral - Água Clara 24ª Zona Eleitoral - Aparecida do Taboado 25ª Zona Eleitoral - Eldorado 25ª Zona Eleitoral - Iguatemi - PAE 26ª Zona Eleitoral - Sonora 27ª Zona Eleitoral - Ivinhema 28ª Zona Eleitoral - Caarapó 30ª Zona Eleitoral - Bonito 31ª Zona Eleitoral - Sidrolândia 32ª Zona Eleitoral - Ribas do Rio Pardo 33ª Zona Eleitoral - Mundo Novo 34ª Zona Eleitoral - Bandeirantes 38ª Zona Eleitoral - Costa Rica 39ª Zona Eleitoral - Deodápolis 40ª Zona Eleitoral - São Gabriel D'Oeste 41ª Zona Eleitoral - Brasilândia 45ª Zona Eleitoral - Nioaque 48ª Zona Eleitoral - Chapadão do Sul 49ª Zona Eleitoral - Anastácio
---	--

Do Monitoramento

3.29. O monitoramento consiste na funcionalidade de acompanhamento à distância do funcionamento dos sistemas de vigilância eletrônica e de detecção de acionamento de alarme e/ou ocorrência de eventos similares nos prédios da Justiça Eleitoral.

3.30. O serviço de monitoramento deverá ser iniciado imediatamente após a conclusão da instalação e ativação dos sistemas.

3.30.1. Considerando a data de término do contrato de serviços de vigilância eletrônica vigente e o prazo máximo de instalação fixados na cláusula 3.27, a data prevista para o efetivo início do monitoramento dos sistemas será, no máximo, o dia 21/11/2024.

3.31. O monitoramento se dará por central (is) de monitoramento, mantida (s) pela

empresa contratada, operada (s) por profissionais qualificados.

3.32. O TRE/MS tornará disponível em cada imóvel um link de conexão à internet para servir como 2ª via de comunicação (contingência) entre a central de segurança instalada no local e a central de monitoramento da empresa contratada.

3.33. A central de monitoramento deverá funcionar 24 horas por dia, ininterruptamente.

3.34. A central deverá detectar de imediato todo e qualquer disparo do alarme.

3.35. Em caso de disparo do alarme ou ocorrência similar, a central de monitoramento da contratada deverá, de imediato, adotar as seguintes providências, dentre outros procedimentos de segurança previstos pela empresa contratada e/ou pelas normas aplicáveis aos serviços:

a) efetuar contato telefônico, por intermédio do telefone (a ser informado pelo contratante à contratada) do imóvel onde ocorreu o disparo, para verificação da ocorrência;

a.1) a central de monitoramento deverá colher a identificação do vigilante ou do servidor responsável pelo imóvel que respondeu ao contato, para fins de registro da ocorrência, podendo adotar, inclusive, o uso de senha e/ou contrassenha, ou protocolo similar, para confirmação de identidade;

a.2) a central de monitoramento deverá repassar ao vigilante ou ao servidor responsável pelo imóvel as informações relacionadas ao disparo do alarme (por exemplo: o sensor que foi acionado), bem como outras orientações pertinentes;

a.3) o contato telefônico, por intermédio do telefone do imóvel onde ocorreu o disparo, deve ser realizado mesmo em dias e horários em que não esteja previsto expediente no local, haja vista a possibilidade de eventual comparecimento de servidor para execução de atividades extraordinárias;

a.4) caso o disparo do sistema de alarme tenha ocorrido nos imóveis atendidos com o serviço de vigilância armada, a central de monitoramento deverá entrar em contato direto com o vigilante responsável pelo acionamento do sistema, por meio de telefone móvel a ser fornecido e eventualmente atualizado pela Fiscalização.

b) deslocar equipe de atendimento ao endereço do imóvel onde ocorreu o disparo, para verificação da ocorrência *in loco*;

b.1) o deslocamento da equipe de atendimento poderá ser cancelado quando a realização da providência indicada na alínea 'a' acima for suficiente para a central de monitoramento certificar que a ocorrência de disparo de alarme não foi decorrente de ação criminosa (vandalismo, intrusão, arrombamento, etc.), inexistindo risco a pessoas e/ou bens alocados no imóvel, nem a este próprio;

b.2) ao chegar ao imóvel onde ocorreu o disparo, a equipe de atendimento deverá adotar os procedimentos de segurança previstos pela empresa contratada e/ou pelas normas aplicáveis aos serviços, e, em especial:

b.2.1) no caso de imóvel atendido com o serviço de vigilância armada:

b.2.1.1) contatar pessoalmente o vigilante em serviço, informando-o do disparo do alarme, e adotar os procedimentos de verificação da ocorrência;

b.2.1.2) não sendo possível o contato com o vigilante, realizar a

providência indicada na alínea 'c' abaixo e efetuar contato com o servidor do TRE/MS responsável pela área de segurança (nome e telefone a serem informados pelo contratante à contratada), informando-o da ocorrência;

b.2.2) no caso de imóvel não atendido com o serviço de vigilância armada:

b.2.2.1) em se constatando a presença de servidor do TRE/MS no imóvel, contatá-lo pessoalmente, informando-o do disparo do alarme, e adotar os procedimentos de verificação da ocorrência;

b.2.2.2) em se constatando não haver pessoal do TRE/MS no imóvel, realizar a vistoria externa do imóvel, de modo a verificar eventual ato de vandalismo, intrusão, arrombamento, etc.;

b.2.2.2.1) O TRE/MS fornecerá à empresa contratada cópia de chave de porta/portão do imóvel, quando for o caso, de modo a viabilizar o acesso da equipe de atendimento à área interna do terreno em que está instalado o imóvel;

b.2.2.2.2) caso a vistoria indique que o disparo do alarme se deu por ação criminosa (vandalismo, intrusão, arrombamento, etc.), realizar a providência indicada na alínea 'c' abaixo e efetuar contato com o servidor do TRE/MS responsável pelo imóvel (nome e telefone a serem informados pelo contratante à contratada), informando-o da ocorrência, **devendo a equipe de atendimento permanecer no local** até a chegada do servidor do TRE/MS responsável pelo imóvel;

b.2.2.2.3) caso a vistoria não evidencie a ocorrência de ação criminosa (vandalismo, intrusão, arrombamento, etc.), providenciar junto à central de monitoramento o rearme do sistema de vigilância eletrônica, e comunicar a ocorrência ao servidor responsável pelo imóvel, no início do expediente do dia útil imediatamente posterior;

b.2.2.2.4) a contratada **não poderá solicitar ao servidor do TRE/MS**, responsável pelo imóvel, que compareça ao local do disparo do alarme, caso não esteja presente a equipe de atendimento;

c) Solicitar o auxílio do Poder Público (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, etc.), conforme o caso, quando constatada a necessidade para solução da ocorrência.

3.36. No período da noite e nos dias em que não houver expediente nos prédios monitorados, deverá a central de monitoramento garantir, remotamente, que todas as zonas sejam ativadas (armadas), ainda que o sistema tenha sido desligado manualmente e, por qualquer razão, não tenha sido reativado.

3.36.1. Antes de realizar o procedimento previsto na cláusula 3.36, a central de monitoramento deverá efetuar contato telefônico, por intermédio do telefone do imóvel, de forma a verificar a presença de pessoal do TRE/MS no imóvel (servidor, vigilante, etc.), e, em havendo, informar acerca do não acionamento do sistema e obter a razão do desligamento e o horário previsto em que se dará a ativação, anotando sempre em registro próprio os fatos ocorridos.

3.37. A contratada deverá garantir a perfeita comunicação do sistema instalado em cada imóvel com a sua central de monitoramento, devendo comunicar de imediato

qualquer problema que seja da competência do contratante (ex.: fornecimento de conexão à internet).

3.37.1 Ocorrendo a interrupção da comunicação dos sistemas de vigilância eletrônica em dias e/ou horários em que não houver expediente, a contratada deverá adotar as providências previstas na cláusula 3.35 deste capítulo, *caput* e *subitens*, no que for cabível, inclusive o contato com o responsável pelo imóvel afetado, para fins de abertura do imóvel para verificação pela equipe de atendimento.

3.38. Para atendimento de eventos ocorridos nos prédios da Justiça Eleitoral, a empresa contratada deverá possuir EQUIPES DE ATENDIMENTO, dotadas de pessoal e estrutura adequados, com capacidade de responder prontamente às ocorrências.

3.38.1 O tempo máximo admitido para que a equipe da contratada chegue ao imóvel é de 15 (quinze) minutos após o disparo inicial do alarme ou da identificação de ocorrência similar pela central de monitoramento.

3.38.1.1. A equipe de atendimento da contratada deverá registrar o horário de chegada ao imóvel.

3.38.2. Havendo pessoal do TRE/MS no imóvel (servidor, vigilante, etc.), o responsável pela equipe de atendimento da contratada deverá colher sua assinatura, de modo a certificar a presença da equipe de atendimento da contratada no local e o horário de chegada ao imóvel.

3.38.3. O atraso no atendimento, ou a prestação de informação falsa a esse respeito, sujeitará a empresa contratada às penalidades contratuais e legais, bem como ao ressarcimento ao TRE/MS dos eventuais danos decorrentes.

3.39. Não será admitida subcontratação dos serviços de monitoramento remoto.

3.39.1. Considera-se serviço de monitoramento remoto, para os fins do presente Termo de Referência, os serviços de acompanhamento em tempo real dos sistemas de alarme realizados na central de monitoramento da empresa contratada.

3.40. Concluídas as instalações dos sistemas, a empresa contratada deverá informar ao contratante, em meio impresso ou digital, a forma de atendimento em cada município - se por equipe própria ou de terceiro -, bem como os dados dos responsáveis pelo atendimento: nome completo e telefone para contato.

3.41. Caso o sistema de vigilância eletrônica não esteja funcionando em quaisquer dos imóveis atendidos - excetuados os imóveis que contam com serviço de vigilância armada -, ou algum equipamento estiver avariado ou sendo substituído, a empresa deverá disponibilizar vigilante, sem custo adicional para o TRE/MS, para garantir a segurança enquanto o sistema estiver inoperante, ainda que parcialmente.

3.41.1. A disponibilidade do vigilante será necessária nos horários e dias em que não haja expediente no imóvel em que está instalado o sistema; caso a falha ocorra durante horário de expediente e possa ser solucionada até o final deste, a empresa deverá comunicar a ocorrência ao servidor responsável pelo imóvel e adotar as providências de restabelecimento do funcionamento do sistema.

3.42. A exigência desta cláusula não se aplica aos casos em que a desinstalação do sistema, ou parte deste, se der por solicitação do contratante, como em caso de reforma de imóvel.

3.43. A empresa contratada deverá apresentar ao contratante, mensalmente, relatório contendo as ocorrências havidas no período e o tratamento e/ou solução

aplicada.

Da Garantia dos Sistemas

3.44. A empresa contratada deverá prestar garantia total aos sistemas de vigilância eletrônica por ela fornecidos/instalados, objetivando o seu perfeito funcionamento, compreendendo, dentre outros serviços: a assistência técnica, a manutenção preventiva e corretiva e a substituição/reposição em caso de defeito.

3.45. A empresa contratada deverá ofertar, também, suporte técnico para a resolução de dúvidas referentes à operacionalização do sistema, sempre que solicitado pelo contratante.

3.46. A empresa contratada deverá informar ao contratante o número do telefone e o endereço de correio eletrônico (e-mail), por meio do qual será feita a abertura de chamado para a prestação da garantia.

3.46.1. É de responsabilidade da empresa contratada a manter em funcionamento o telefone e endereço de e-mail fornecido e atualizar o Contratante quando houver alteração.

3.47. No caso de abertura de chamado por e-mail, a empresa contratada **deverá confirmar o recebimento da mensagem**, e, caso não o faça, considerar-se-á como recebida no dia útil imediatamente posterior ao envio.

3.47. O chamado deverá ser atendido no prazo de 1 dia útil.

3.48. Quando o chamado se tratar do restabelecimento do funcionamento normal do sistema, caso a empresa contratada não possa solucionar o problema de imediato, deverá observar o disposto na cláusula 3.41.

3.49. A contratada deverá encaminhar à Fiscalização para acompanhamento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), o registro das Ordens de Serviço decorrentes dos chamados apresentados, que deverão conter:

a) numeração ordinária, renovável anualmente;

b) a data de abertura/cadastramento da Ordem de Serviço;

c) o problema reportado e a solução aplicada, com a data de sua implementação;

d) a data de finalização do chamado.

3.50. A realização de manutenção preventiva ou corretiva deverá ser agendada junto ao servidor responsável pelo imóvel em que está instalado o sistema que sofrerá a manutenção.

3.51. A substituição ou reposição de equipamento, peça ou componente do sistema deverá ser realizada quando identificado mau funcionamento, seja devido a intempéries climáticas, sobrecargas de energia ou danos provocados pelo usuário ou por terceiros, ou ainda, por falha ou fadiga do material.

3.52. A troca de equipamento, componente ou peça do sistema deverá ser informada ao contratante, bastando para isso o envio de relatório mensal onde constem todas as substituições ocorridas no mês, com a indicação da nova peça/componente instalada.

3.53. O equipamento, componente ou peça substituto deverá atender à especificação apresentada na proposta da empresa, ou ser de característica similar

ou superior àquela.

3.53.1. É de responsabilidade da empresa a comprovação do atendimento ao disposto na cláusula 3.53.

3.54. Excluem-se da garantia aqui prevista os danos comprovadamente causados pelo mau uso do próprio usuário ou de terceiros autorizados.

3.54.1. Nos casos descritos na cláusula 3.54, a empresa contratada deverá apresentar ao contratante relatório detalhado indicando o (s) equipamento (s) danificado (s), a causa do dano e o valor correspondente ao conserto ou substituição do equipamento, **devendo apresentar descrição pormenorizada dos materiais e equipamentos** (especificação, marca e modelo).

3.55. O TRE/MS analisará o relatório da contratada e se manifestará acerca do ressarcimento, não estando obrigado a acatar a cotação de preços proposta pela contratada, podendo levantar preços junto a outras empresas no mercado, devendo, ao final, ressarcir à contratada pelo menor preço obtido, ou optar por repor o item danificado, caso a contratada não aceite o valor cotado pelo TRE/MS.

3.56. O equipamento, peça ou componente danificado que comprometa o perfeito funcionamento do sistema deverá ser substituído/reposto, independentemente da sua causa, de forma a evitar que o local fique desprotegido, e, posteriormente, após restabelecido o total e completo funcionamento do sistema como um todo, deverá ser apurada a responsabilidade pelo seu custeio, se do TRE ou da contratada.

3.57. Quando da realização de serviços previstos neste Capítulo, que requeiram acesso de técnico da empresa contratada ao imóvel em que está instalado o sistema, a empresa deverá informar ao responsável pelo imóvel os dados pessoais do técnico (nome completo e número do documento de identificação), sob pena de, não o fazendo, ser negado o acesso.

Do Remanejamento de Equipamento

3.58. Durante a vigência contratual o contratante poderá solicitar que a contratada realize o remanejamento de equipamento (s) componente (s) do sistema de vigilância eletrônica.

3.59. O remanejamento consiste no deslocamento de equipamento (sensor, teclado, sirene, central, etc.) de um ponto para outro, dentro do mesmo imóvel.

3.60. Se necessário, a empresa contratada deverá providenciar a infraestrutura necessária para instalação do equipamento no novo local, aplicando-se, no que couber, o disposto na cláusula 3.17 deste Termo de Referência.

3.61. No caso de remanejamento de equipamento, o TRE/MS pagará à contratada o valor correspondente à instalação desse mesmo equipamento, indicado na proposta de preços da empresa.

Da desinstalação de Equipamento ou de Sistema

3.62. Ao final do contrato, a empresa contratada deverá providenciar a desinstalação / retirada dos sistemas, excetuando-se os itens componentes da infraestrutura que foram integrados ao imóvel.

3.62.1. A infraestrutura necessária aos sistemas (dutos, fiação, etc.) será

integrada aos imóveis em que foi instalada, e por isso não deverá ser desinstalada / retirada quando do final do contrato.

3.63. O prazo máximo para desinstalação de todos os sistemas será de 15 (quinze) dias úteis, contado da comunicação do contratante à contratada, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período, a critério dos fiscais da execução contratual.

3.64. Após a desinstalação / retirada dos sistemas ao final do contrato, o TRE/MS pagará à contratada o valor correspondente a esse serviço, indicado na proposta de preços da empresa, de acordo com o equipamento e respectivo quantitativo.

3.65. Em caso de reforma em imóvel equipado com sistema de vigilância eletrônica, que demande a desinstalação do sistema – ou de parte deste –, os custos relativos a essa desinstalação e posterior reinstalação serão arcados pelo TRE/MS.

3.65.1. Os valores relativos à desinstalação e à reinstalação de sistema de vigilância eletrônica – ou de parcela deste –, a serem pagos pelo TRE/MS à contratada na hipótese da cláusula 3.65, terão como parâmetro os valores ofertados na proposta da contratada para os serviços de desinstalação e de instalação, respectivamente.

3.66. No caso de desinstalação de equipamento ou sistema por solicitação do contratante, não é aplicável a exigência prevista na cláusula 3.41 deste capítulo.

3.67. Aplica-se ao procedimento de desinstalação, no que couber, o disposto na cláusula 3.21.

3.68. Caso a empresa contratada não providencie a desinstalação dos sistemas ao final do contrato, dentro do prazo fixado na cláusula 3.63, o TRE/MS fica autorizado a promover a retirada por conta própria.

3.68.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 3.68:

a) o TRE/MS não se responsabilizará por eventual dano a equipamento da contratada;

b) não será devido à contratada o pagamento de qualquer valor a título de desinstalação, salvo em caso de a desinstalação ter sido realizada parcialmente, situação em que serão pagos à empresa os valores correspondentes;

c) ficará a contratada sujeita às penalidades contratuais e legais por descumprimento de obrigação contratual;

3.68.2. Caso a contratada não efetue a desinstalação / retirada de seus equipamentos no prazo assinalado, considerar-se-á como se tais itens tivessem sido abandonados, isto é, a contratada abdicado de sua propriedade, ficando o Tribunal autorizado a lhes dar a destinação que entender adequada (descarte, doação, reutilização, etc.).

Dos Locais de Instalação dos Sistemas e das Quantidades de Equipamentos

3.69. Os imóveis pertencentes à Justiça Eleitoral/MS onde serão instalados os sistemas de vigilância eletrônica estão indicados no quadro abaixo.

LOCAL	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Sede	Campo Grande	R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, CEP 79037-100, Campo Grande - MS

Fórum Eleitoral	Campo Grande	R. Delegado José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio, CEP 79037-106, Campo Grande - MS
Almoxarifado/ Depósito de Urnas	Campo Grande	R. Delegado José Alfredo Hardmann, 184, Jardim Veraneio, CEP 79037-106, Campo Grande - MS
Depósito (prédio antigo do Arquivo Central)	Campo Grande	Rua Dr. Arthur Jorge, 2755, Bairro Monte Castelo, CEP: 79010-210, Campo Grande/MS
1ª ZE	Amambai	RUA ANTÔNIO MARTINS DUTRA, 1521, CENTRO, CEP: 79990-000, AMAMBAI - MS
2ª ZE	Naviraí	AV. IGUATEMI, 159, CENTRO, CEP: 79950-000, NAVIRAÍ - MS
3ª ZE	Cassilândia	RUA OLÍMPIO DIAS DOS SANTOS, 454, VILA IZANÓPOLIS, CEP: 79540-000, CASSILÂNDIA - MS
4ª ZE	Fátima do Sul	RUA IPIRANGA, 841, JARDIM PRIMAVERA, CEP: 79700-000, FÁTIMA DO SUL - MS
5ª ZE	Nova Andradina	RUA WALTER HUBACHER, 1220, CENTRO, CEP: 79750-000, NOVA ANDRADINA - MS
6ª ZE	Bataguassu	RUA ODORILHO FERREIRA, 135, CENTRO, CEP: 79780-000, BATAGUASSU - MS
7ª ZE / 50ª ZE	Corumbá	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEP: 79320-060, CORUMBÁ - MS
9ª ZE / 51ª ZE	Três Lagoas	RUA ALFREDO JUSTINO, 1100, CENTRO, CEP: 7963-000, TRÊS LAGOAS - MS
10ª ZE	Aquidauana	RUA NILZA FERRAZ RIBEIRO, 400, BAIRRO CIDADE NOVA, CEP: 79200-000, AQUIDAUANA - MS
11ª ZE	Rio Brilhante	RUA RIO BRILHANTE, 1114, BAIRRO VILA MARIA, CEP: 79130-000, RIO BRILHANTE - MS
12ª ZE	Coxim	RUA GENERAL MENDES DE MORAES, 86, JARDIM AEROPORTO, CEP: 79400-000, COXIM - MS
13ª ZE	Paranaíba	RUA JOSÉ ROBALINHO DA SILVA, 235, JARDIM SANTA MÔNICA, CEP: 79500-000, PARANAÍBA - MS
14ª ZE	Camapuã	RUA JOÃO DA MOTA, 461, VILA DIAMATINA, CEP: 79420-000, CAMAPUÃ - MS
15ª ZE	Miranda	RUA 7 DE SETEMBRO, 861, CENTRO, CEP: 79380-000, MIRANDA - MS
16ª ZE	Maracaju	RUA APPA, 101, CENTRO, CEP: 79150-000, MARACAJU - MS
17ª ZE	Bela Vista	RUA SÃO GERALDO, 65, CENTRO, CEP: 79260-000, BELA VISTA - MS
18ª ZE / 43ª ZE	Dourados	RUA MONTESE, 435, JARDIM LONDRINA, CEP: 79814-540, DOURADOS - MS
19ª ZE / 52ª ZE	Ponta Porã	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1591, JARDIM IPANEMA, CEP: 79904-202, PONTA PORÃ - MS
20ª ZE	Porto Murtinho	RUA CORONEL PONCE, 439, CENTRO, CEP: 79280-000, PORTO MURTINHO - MS
21ª ZE	Rio Verde de MT	RUA MARECHAL RONDON, 248, BAIRRO NHECOLÂNDIA, CEP: 79480-000, RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS
22ª ZE	Jardim	RUA TEN. ERNANI GUSMÃO, 261, CENTRO, CEP: 79240-000, JARDIM - MS
23ª ZE	Água Clara	RUA HARRISON CORREIA, N. 20, CENTRO, CEP: 79680-000, ÁGUA CLARA - MS
24ª ZE	Aparecida do Tabuado	RUA MATO GROSSO DO SUL, 3881, JARDIM BRANDINI II, CEP: 79570-000, APARECIDA DO TABOADO - MS
25ª ZE	Eldorado	RUA SÃO PAULO, 610, JARDIM DAS GREVÍLEAS, CEP: 79970-000, ELDORADO - MS

PAE 25ª ZE	Iguatemi	AV. LAUDELINO PEIXOTO, 1229, CENTRO, CEP: 79960-000, IGUATEMI - MS
26ª ZE	Sonora	AV. EDSON APARECIDO, 493, CENTRO, CEP: 79415-000, SONORA - MS
27ª ZE	Ivinhema	RUA FRANCISCO PIERETTI, 211, BAIRRO GUIRAY, CEP: 79740-000, IVINHEMA -MS
28ª ZE	Caarapó	AV. DOM PEDRO II, 212, CENTRO, CEP: 79940-000, CAARAPÓ - MS
30ª ZE	Bonito	RUA OLÍVIO JACQUES, 849, VILA DONÁRIA, CEP: 79290-000, BONITO -MS
31ª ZE	Sidrolândia	RUA MINAS GERAIS, 1346, CENTRO, CEP: 79170-000, SIDROLÂNDIA - MS
32ª ZE	Ribas do Rio Pardo	AV. NELSON LYRIO, 2354, CENTRO, CEP: 79180-000, RIBAS DO RIO PARDO - MS
33ª ZE	Mundo Novo	RUA TUPINAMBÁ, 69, CENTRO, CEP: 79980-000, MUNDO NOVO - MS
34ª ZE	Bandeirantes	RUA ARTHUR BERNARDES, 4032, CENTRO, CEP: 79430-000, BANDEIRANTES - MS
38ª ZE	Costa Rica	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 373, BAIRRO SANTOS DUMONT, CEP: 79550-000, COSTA RICA - MS
39ª ZE	Deodápolis	AV. GENÁRIO DA COSTA MATOS, 370, CENTRO, CEP: 79790-000, DEODÁPOLIS - MS
40ª ZE	São Gabriel D'oeste	RUA SÃO PAULO, 2305, CENTRO, CEP: 79490-000, SÃO GABRIEL D'OESTE - MS
41ª ZE	Brasilândia	RUA BARTOLOMEU VIANA CAVALCANTE, 183, CENTRO, CEP: 79670-000, BRASILÂNDIA - MS
45ª ZE	Nioaque	RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 167, CENTRO, CEP: 79220-000, NIOAQUE - MS
48ª ZE	Chapadão do Sul	AV. MATO GROSSO DO SUL, 395, BAIRRO PARQUE UNIÃO, CEP: 79560-000, CHAPADÃO DO SUL - MS
49ª ZE	Anastácio	AV. JUSCELINO KUBITSCHK, 1495, CENTRO, CEP: 79210-000, ANASTÁCIO - MS

3.69.1. A listagem de imóveis indicada no quadro acima corresponde aos locais onde, inicialmente, está prevista a instalação dos sistemas de vigilância eletrônica, podendo ocorrer:

- a) a alteração de endereço de imóvel;
- b) a exclusão de imóvel;
- c) a inclusão de novo imóvel a receber sistema de vigilância eletrônica;

3.70. Os equipamentos e respectivos quantitativos que comporão o sistema de vigilância a ser instalado em cada imóvel listado no quadro acima estão discriminados no Anexo I-A deste Termo de Referência.

3.71. No quadro resumo abaixo estão indicados os quantitativos totais por item de equipamento componente dos sistemas, compreendendo todos os imóveis a serem atendidos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA		
		CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
1	CENTRAL DE SEGURANÇA com caixa de proteção e transformador, com no mínimo as seguintes especificações: Processadores RISC ou similar, comportar, no mínimo 2 teclados, capacidade para 24 Zonas (sensores), memória para 200 eventos, e 40 códigos.	11	6	17

2	CENTRAL DE SEGURANÇA com caixa de proteção e transformador, com no mínimo as seguintes especificações: Processadores RISC ou similar, comportar, no mínimo 2 teclados, capacidade para 16 Zonas (sensores), memória para 200 eventos, e 40 códigos.	2	20	22
3	CENTRAL DE SEGURANÇA com caixa de proteção e transformador, com no mínimo as seguintes especificações: Processadores RISC ou similar, comportar, no mínimo 2 teclados, capacidade para 12 Zonas (sensores), memória para 200 eventos, e 40 códigos.	1	12	13
4	CENTRAL DE SEGURANÇA com caixa de proteção e transformador, com no mínimo as seguintes especificações: Processadores RISC ou similar, comportar, no mínimo 2 teclados, capacidade para 8 Zonas (sensores), memória para 200 eventos, e 40 códigos.	7	3	10
5	TECLADO compacto, com no mínimo, as seguintes especificações: Microprocessador RISC ou similar, 03 (três) zonas de pânico.	37	49	86
6	BATERIA SELADA 7A, 12V, livre de manutenção.	21	41	62
7	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO EXTERNO, alta sensibilidade, baixo ruído, análise automática de sinal, compensação automática de temperatura, velocidade de detecção em torno de 0,2 - 7m/seg., imune a interferências de RF, distância de detecção, igual ou superior a 10 metros e Dual-dupla detecção (temperatura e movimento).	43	42	85
8	SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO INTERNO, alta sensibilidade, baixo ruído, análise automática de sinal, compensação automática de temperatura, velocidade de detecção em torno de 0,2 - 7m/seg., imune a interferências de RF, distância de detecção, igual ou superior a 10 metros.	214	455	669
9	SENSOR INFRAVERMELHO ATIVO, feixe duplo, detecta intrusão, distância de detecção, igual ou superior a 50 metros.	5	0	5
10	SIRENE DE ALTA POTÊNCIA, tipo corneta, mínimo de 100 Db.	42	82	124
11	CERCA ELETRIFICADA (somente ponto de monitoramento)	1	8	9
12	SENSOR MAGNÉTICO GIGANTE (sensor magnético para portões deslizantes)	5	0	5

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A CONTRATADA deverá observar, no que for possível, as diretrizes prescritas na IN nº 01, de 19/01/2010, do MPOG, e especialmente:

- a) A contratada deverá conduzir suas atividades em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- c) Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama nº 401, de 04 de novembro de 2008;
- f) Os equipamentos de comunicação do sistema, no caso de tecnologias GSM/GPRS ou tecnologias de comunicação móvel mais recentes, devem ser homologados pela ANATEL.

4.2. Quanto aos requisitos de sustentabilidade ambiental, é sabido que os materiais e equipamentos a serem utilizados pelos prestadores de serviços, em sua maioria, são reutilizáveis, reduzindo a geração de resíduos.

4.3. Será assegurada preferência para contratação e empresas ME/EPP, fomentando assim o pilar sócio-econômico da sustentabilidade.

Garantia da contratação

4.4. Haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

Consórcio

4.5. Tendo em vista o objeto da contratação e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação, por não se identificar prejuízos à competitividade do certame, visto que há no mercado diversas empresas com capacidade para fornecer os serviços de vigilância eletrônica.

Subcontratação

4.6. A subcontratação será admitida, mediante prévia autorização do Contratante, não sendo admitida a subcontratação do serviço de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas. A empresa subcontratada deve possuir todos os requisitos exigidos na licitação.

Vistoria

4.7. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços. Entretanto, é recomendável às empresas interessadas em oferecer proposta **VISITAR e VISTORIAR** os imóveis onde serão instalados os sistemas de vigilância eletrônica, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

4.8. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto ao responsável pelo imóvel, por meio do fone indicado no quadro abaixo, de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

4.8.1. Relação de imóveis e endereços:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	SERVIDOR	TELEFONE
Prédio Sede	Campo Grande	Ismael Antonio Borges Ricardo Nascimento de Alcântara	(67) 2107-7198
Fórum Eleitoral - Piso Térreo			
Almoxarifado / Depósito de Urnas			
Arquivo Central (prédio antigo)			
1ª Zona Eleitoral	Amambai	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99902-4101 (67) 99619-2958
2ª Zona Eleitoral	Naviraí	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99620-4796
3ª Zona Eleitoral	Cassilândia	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99627-8679 (67) 99632-0033
4ª Zona Eleitoral	Fátima do Sul	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99640-4143
5ª Zona Eleitoral	Nova Andradina	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99641-9576
6ª Zona Eleitoral	Bataguassu	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99642-4575 (67) 99645-2291
7ª e 50ª Zonas Eleitorais	Corumbá	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99655-1960 - 7ª (67) 99609-3599 - 50ª
9ª e 51ª Zonas Eleitorais	Três Lagoas	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99673-1471 - 9ª (67) 99973-3587 - 51ª
10ª Zona Eleitoral	Aquidauana	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99674-1013 (67) 99676-0707
11ª Zona Eleitoral	Rio Brilhante	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99677-3184 (67) 99612-7029
12ª Zona Eleitoral	Coxim	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99678-4567
13ª Zona Eleitoral	Paranaíba	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99680-4711
14ª Zona Eleitoral	Camapuã	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99687-5287
15ª Zona Eleitoral	Miranda	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99690-1081
16ª Zona Eleitoral	Maracaju	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99851-1003
17ª Zona Eleitoral	Bela Vista	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99800-3930
18ª e 43ª Zonas Eleitorais	Dourados	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99805-1369 - 18ª (67) 99952-8745 - 43ª
19ª e 52ª Zonas Eleitorais	Ponta Porã	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99813-1545 - 19ª (67) 99976-8463 - 52ª
20ª Zona Eleitoral	Porto Murtinho	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99823-7377
21ª Zona Eleitoral	Rio Verde de Mato Grosso	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99893-8976 (67) 99830-5996

22ª Zona Eleitoral	Jardim	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99843-6652 (67) 99844-3031
23ª Zona Eleitoral	Água Clara	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99844-3044 (67) 99854-0510
24ª Zona Eleitoral	Aparecida do Taboado	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 98188-4215 (67) 99859-2857
25ª Zona Eleitoral	Eldorado	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99864-2806
Posto de Atendimento Eleitoral da 25ª ZE	Iguatemi	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99872-2261
26ª Zona Eleitoral	Sonora	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99872-8083
27ª Zona Eleitoral	Ivinhema	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99874-6745
28ª Zona Eleitoral	Caarapó	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99877-8643
30ª Zona Eleitoral	Bonito	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99878-9373
31ª Zona Eleitoral	Sidrolândia	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99884-5299
32ª Zona Eleitoral	Ribas do Rio Pardo	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99891-6829 (67) 99896-2836
33ª Zona Eleitoral	Mundo Novo	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99901-8748
34ª Zona Eleitoral	Bandeirantes	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99903-3864
38ª Zona Eleitoral	Costa Rica	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99917-6287
39ª Zona Eleitoral	Deodápolis	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99917-7193
40ª Zona Eleitoral	São Gabriel do Oeste	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99926-0873
41ª Zona Eleitoral	Brasilândia	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99933-2122
45ª Zona Eleitoral	Nioaque	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99968-6159
48ª Zona Eleitoral	Chapadão do Sul	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99982-0294
49ª Zona Eleitoral	Anastácio	Chefe do Cartório ou substituto	(67) 99972-7638

4.8.2. Caso haja dúvidas quanto ao objeto da contratação, a empresa deverá entrar em contato com o servidor responsável pelo prédio sede, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta.

4.9. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4.10 A participação na licitação a ser realizada para a contratação do objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos materiais e equipamentos a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados.

Qualificação Técnica

4.11. A licitante deverá comprovar sua **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL e PROFISSIONAL** apresentando a documentação abaixo:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CAU/CREA ou conselho profissional competente;

b) **Comprovação de capacidade técnico-operacional**, por intermédio de apresentação de Acervo Técnico emitido pelo CAU/CREA, ou conselho profissional competente, ou Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CAU/CREA, que comprove a execução pela empresa de objeto similar ao que se pretende contratar;

b.1) Entende-se por objeto similar a prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo o monitoramento remoto dos sistemas e a prestação de garantia (manutenção preventiva e/ou corretiva), simultaneamente, em, ao menos, 10 (dez) imóveis localizados em, pelo menos, 5 (cinco) municípios distintos do Estado de Mato Grosso do Sul;

c) **Comprovação de capacidade técnico-profissional** com a demonstração de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional (is) devidamente registrado junto ao CAU/CREA, ou conselho profissional competente, com habilitação para exercer a atribuição de responsável (is) técnico (s) pela instalação e prestação de garantia dos sistemas;

c.1) A comprovação da vinculação do (s) profissional (is) deverá atender aos seguintes requisitos:

c.1.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c.1.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

c.1.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

c.1.4) Se autônomo: cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente ou documentação que comprove contratação futura para elaboração dos serviços objetos desta licitação;

4.11.1. Permitir-se-á o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa.

4.12. O responsável técnico deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.

4.13. A execução do objeto desta contratação dar-se-á mediante os princípios e as técnicas próprias, obedecendo sempre às normas vigentes aplicáveis.

4.14. Além dos documentos indicados na cláusula 4.11 acima, a empresa deverá apresentar também:

a) Certificado de Regularidade, devidamente válido, expedido pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social – DEOPS/MS (Lei Estadual n.º 2.980, de

03/05/2005);

b) Alvará de Funcionamento, devidamente válido, expedido pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social – DEOPS/MS (Lei Estadual n.º 2.980, de 03/05/2005).

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento e no Termo de Contrato.

5.2. A execução dos serviços deverá ser concluída em conformidade com o roteiro/cronograma apresentado pela empresa contratada e autorizado pelo Núcleo de Segurança Institucional, de acordo com o previsto no Capítulo 3.

5.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução dos serviços, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para prestação dos serviços.

5.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

5.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na prestação dos serviços.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-ão por representante da administração, especialmente designado na forma do **artigo 104, III da Lei n. 14.133/2021, do art. 24 da Instrução Normativa TRE-MS n.º 3, de 24 de setembro de 2021.**

6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.3.2. A fiscalização dos serviços seguirá o disposto na Instrução Normativa TRE-MS nº 3/2021.

6.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições deste Termo de Referência e do Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do contrato e do Termo de Referência.

6.5. Para fins desta contratação, considerando a previsão de prestação de serviços em unidades distintas e a inviabilidade de que apenas um servidor realize a fiscalização em todas as unidades, e objetivando a correta execução das atividades

de fiscalização, serão designados:

- a) um fiscal supervisor titular e um substituto, dentre servidores lotados no Núcleo de Segurança Institucional; e,
- b) um fiscal local titular e um substituto, dentre servidores lotados em cada uma das unidades atendidas com a presente contratação.

6.6. Ao fiscal supervisor competirá a supervisão da contratação e a fiscalização local em relação aos equipamentos instalados na Sede do TRE/MS, no Fórum Eleitoral de Campo Grande, no Almoxarifado e Depósito de Urnas e no prédio antigo do Arquivo Central, cabendo-lhe, dentre outras atribuições correlatas, o acompanhamento da execução da contratação, em nível mediato, o apoio e a orientação aos fiscais locais e a atuação como facilitador da relação contratante (fiscais locais) / contratada (preposto), no tocante aos aspectos operacionais da contratação.

6.7. Ao fiscal local competirá o acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação, em nível imediato e em relação ao sistema de vigilância eletrônica instalado em sua respectiva unidade, cabendo-lhe, dentre outras atribuições correlatas, o recebimento e o atesto dos serviços de instalação, remanejamento, desinstalação e garantia dos equipamentos.

6.8. A Fiscalização contará com o apoio de unidades do TRE/MS no que se refere a aspectos técnicos do objeto da contratação, tais como os relacionados à área de engenharia.

6.9. São atribuições da Fiscalização:

- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));
- g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.10. Compete ainda à Fiscalização:

a) requisitar a prestação dos serviços, observados os procedimentos mencionados nos Capítulos 3 e 5, dentre outras condições pertinentes;

b) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;b) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

c) comunicar à contratada as falhas detectadas;

d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;

e) efetuar os recebimentos provisório e definitivo, realizando as devidas verificações;

f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.11. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.2. O recebimento provisório dos serviços será efetuado pela (o) fiscal local, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) acompanhamento da execução dos serviços;

- b) apresentação pela empresa executora do relatório de execução dos serviços;
- c) atesto dos serviços;

7.3. A (o) fiscal local fará a inclusão do relatório e de informação acerca da conclusão da execução dos serviços (atesto) em processo administrativo eletrônico, disponível no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a ser indicado pelo Núcleo de Segurança Institucional (NSI).

7.4. A inclusão dos documentos deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de conclusão da execução dos serviços, com posterior envio do processo à Núcleo de Segurança Institucional (NSI).

7.5. O Núcleo de Segurança Institucional poderá solicitar à (ao) fiscal local o envio da via original do relatório, e caso não o faça, o documento deverá ser arquivado na unidade de lotação da (o) fiscal local, de acordo com as regras fixadas para o SEI.

7.6. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) informação da (o) fiscal local quanto à conclusão da execução dos serviços (atesto);
- b) apresentação pela empresa executora dos demais documentos pertinentes à execução dos serviços;
- c) conformidade do documento fiscal apresentado.

7.7. Constatado que o serviço prestado atendeu ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no corpo da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.8. Verificada alguma falha na prestação do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa contratada, para que proceda à sua correção.

7.9. Na ocorrência do disposto na cláusula 7.8, terá continuidade a contagem do prazo de execução, a partir da data em que a empresa contratada for comunicada.

7.10. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

7.11. Competirá à contratada arcar com ônus do refazimento de serviço que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

Pagamento

7.12. O pagamento dos serviços será realizado:

- a) por evento, nos casos de instalação, remanejamento e desinstalação de equipamentos, após a conclusão dos serviços e o recebimento e atesto pela fiscalização;
- b) mensalmente, nos casos de locação de equipamentos e de monitoramento dos sistemas, após o atesto pela fiscalização.

Emissão da nota fiscal

7.13. O documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura) deverá ser emitido, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se refira e dos locais / imóveis atendidos.

7.14. O documento fiscal será emitido em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos serviços mencionados na alínea "a" da cláusula 7.12.

7.14.1. Para os serviços mencionados na alínea 'b' da cláusula 7.12 deste Capítulo, a empresa contratada deverá emitir a Nota Fiscal até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devendo o faturamento ocorrer, sempre que possível, tendo como referência o mês calendário (janeiro, fevereiro, etc.).

7.14.2. O documento fiscal emitido deverá ser encaminhado à fiscalização, por correio eletrônico, para os endereços: ismael.borges@tre-ms.jus.br, marcio.machado@tre-ms.jus.br e ricardo.alcantara@tre-ms.jus.br.

7.15. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.16. Caso se constate erro ou irregularidade no documento fiscal, este será devolvido à Contratada para as medidas de saneamento necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

Pagamento da nota fiscal

7.17. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação do documento fiscal à fiscalização.

7.18. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a fiscalização fará a análise do documento fiscal e das informações nele constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal apresentado pela empresa contratada, e, após, fará o atesto do documento fiscal e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.19. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.20. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor do documento fiscal, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.21. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados

exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX \times 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7.22. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O (s) executor (es) dos serviços (contratada (s)) será (ão) selecionado (s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o (s) serviço (s) previsto (s) neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida

pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

e) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

e.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

e.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

f) **CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA (Pessoa Jurídica) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, ou conselho profissional competente, com circunscrição na sede da empresa, devidamente válida, da qual conste a indicação do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s).

g) **Comprovação de capacidade técnico-operacional**, por intermédio de apresentação de Acervo Técnico emitido pelo CAU/CREA, ou conselho profissional competente, ou Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CAU/CREA, que comprove a execução pela empresa de objeto similar ao que se pretende contratar;

g.1) Entende-se por objeto similar a prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo o monitoramento remoto dos sistemas e a prestação de garantia (manutenção preventiva e/ou corretiva), **simultaneamente**, em, ao menos, 10 (dez) imóveis localizados em, pelo menos, 5 (cinco) municípios distintos do Estado de Mato Grosso do Sul;

h) **Comprovação de capacidade técnico-profissional** com a demonstração de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional (is) devidamente registrado junto ao CAU/CREA, ou conselho profissional competente, com habilitação para exercer a atribuição de responsável (is) técnico (s) pela instalação e prestação de garantia dos sistemas;

h.1) A comprovação da vinculação do (s) profissional (is) deverá atender aos seguintes requisitos:

h.1.1) Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

h.1.2) Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente

registradas no órgão competente;

h.1.3) Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

h.1.4) Se autônomo: cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e a proponente ou documentação que comprove contratação futura para elaboração dos serviços objetos desta licitação;

h.2. Permitir-se-á o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa.

i) Certificado de Regularidade, devidamente válido, expedido pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Estado de Mato Grosso do Sul – DEOPS/MS (Lei Estadual n.º 2.980, de 03/05/2005);

j) Alvará de Funcionamento, devidamente válido, expedido pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social – DEOPS/MS (Lei Estadual n.º 2.980, de 03/05/2005).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foram considerados os valores obtidos em Consulta de Preços realizada pelo TRE/MS e os valores praticados em contratações anteriores do TRE/MS.

9.2. O preço máximo admitidos pelo Tribunal consta dos quadro da cláusula 1.1.

9.3. Para fins de reserva orçamentária, o valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 3.019.000,75 (três milhões, dezenove mil reais e setenta e cinco centavos)**, que é, também, o preço máximo admitido pelo TRE/MS.

9.3.1 O valor total de instalação (VTI) relativo a todos os imóveis atendidos pela contratação não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do valor global da proposta apresentada pela empresa interessada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa**;

c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054**;

d) Elemento de Despesa: 3390.39.12, 3390.39.77 e 33.90.39.16;

e) Plano Interno: IEF VIGELE.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
- c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;
- i) Zelar pela conservação e correta utilização dos equipamentos disponibilizados pela contratada;
- j) Permitir o acesso de funcionário da contratada aos locais em que estão instalados os sistemas, nos casos de assistência técnica, manutenção preventiva e/ou corretiva, e prestar as informações necessárias à solução de problemas encontrados; e
- k) Permitir a retirada dos equipamentos disponibilizados pela contratada, quando do fim da vigência contratual.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Instalar os sistemas de vigilância eletrônica nos imóveis da Justiça Eleitoral, dentro do prazo estabelecido;
- b) Prestar garantia aos sistemas (assistência e suporte técnico, manutenção preventiva/corretiva e demais serviços);
- c) Prestar monitoramento dos sistemas, ininterruptamente, 24 horas/dia;
- d) Prestar atendimento a eventual disparo do sistema de vigilância eletrônica, ou evento similar;
- e) Executar os serviços de remanejamento, desinstalação e reinstalação de equipamento/sistema, durante a vigência contratual, de acordo com a solicitação do contratante;
- f) Desinstalar os sistemas de vigilância eletrônica dos imóveis da Justiça Eleitoral, ao final do contrato;
- g) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por meio de Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis,

salvo motivo devidamente justificado, a critério da fiscalização;

h) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;

i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;

j) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;

k) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

l) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

m) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;

n) Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir.;

o) Indicar funcionário para servir de preposto, com informação de telefone celular para rápida localização e endereço de e-mail, que ficará responsável pelo acompanhamento da prestação dos serviços e atendimento às necessidades do TRE/MS, e, em especial, por:

1) Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;

2) Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do contratante, segundo determinação da fiscalização, dentro dos limites do contrato;

3) Reportar-se à fiscalização quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

4) Receber as observações da fiscalização, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;

5) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

6) Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;

7) Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações do empregador, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

8) Inspeccionar a execução dos serviços;

p) Manter estrutura de pessoal, equipamentos e instalações compatíveis com a prestação dos serviços contratados;

q) Assumir total responsabilidade pela orientação técnica aos seus empregados,

treinando-os e reciclando-os periodicamente, inclusive quanto ao aspecto do relacionamento humano, visando mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções;

r) Fornecer aos seus técnicos todos os EPIs exigidos pela normalização vigente, e deles exigir o uso, de forma a prevenir possíveis acidentes de trabalho;

s) Observar fielmente todas as disposições contidas neste Termo de Referência e demais anexos do Edital, bem como as Normas Técnicas da ABNT, de forma que o resultado final seja a perfeita execução dos serviços objeto do contrato, que ficarão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

t) Indenizar o TRE por prejuízos de sinistro havido em imóvel em que esteja instalado sistema de vigilância eletrônica, quando decorrente de motivo que seja imputável à empresa (exemplos: falha no funcionamento de equipamento/sistema; ausência de atendimento a disparo de alarme; etc.);

u) Indenizar o TRE por quaisquer danos causados às instalações, móveis, utensílios ou equipamentos decorrentes de má execução dos serviços ou utilização inadequada dos materiais ou equipamentos empregados, ficando o Tribunal autorizado a descontar o valor correspondente ao bem danificado dos pagamentos devidos ou optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens pela empresa contratada.

v) Fornecer à Fiscalização, periodicamente ou sempre que solicitado, Relatório Gerencial dos sistemas, contendo as ocorrências havidas no período de referência, inclusive ativações/desativações do alarme, com horários, datas e nomes;

w) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

x) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

y) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

z) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, julho de 2024

Ricardo Nascimento de Alcântara
Integrante Demanante

Luis Maciel Malves da Silva
Integrante Técnico

Graziela Gonçalves Silva Jurado

Integrante Administrativo

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, **Chefe de Seção**, em 15/07/2024, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1671797** e o código CRC **B78353D3**.



0005445-47.2022.6.12.8000

1671797v17